



# ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA

## PROCESSO ELEITORAL UNIFICADO CONSELHO TUTELAR 2019 COLORADO - PARANÁ PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Candidato/a: \_\_\_\_\_ – Número RG: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: 14 de julho de 2019

**PARA CADA UMA DAS QUESTÕES EXISTE APENAS UMA ALTERNATIVA CORRETA.**

**01. O Artigo 4º da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente faz referência a “assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Quem é responsável para assegurar esses direitos?**

- A ( ) – É dever da família e do poder público.
- B ( ) – É dever da família, da comunidade e da sociedade.
- C ( ) – É dever da comunidade, da sociedade e do poder público.
- D ( ) – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

**02. Conforme o Artigo 16 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente o direito à liberdade compreende:**

- A ( ) – Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- B ( ) – Ir e vir em qualquer lugar que elas quiserem dentro do Município.
- C ( ) – Ir e permanecer nos logradouros públicos sem nenhuma ressalva legal.
- D ( ) – Ir mas não permanecer onde ela desejar.



**03. Complete o Artigo 19 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente: “*Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em \_\_\_\_\_, assegurada a convivência familiar e comunitária*”.**

- A ( ) – Família de apadrinhamento afetivo
- B ( ) – Família substituta
- C ( ) – Família extensa
- D ( ) – Qualquer família

**04. O Artigo 131 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, preconiza que o Conselho Tutelar é:**

- A ( ) – Um órgão do poder executivo municipal.
- B ( ) – Um órgão permanente e não jurisdicional.
- C ( ) – Um órgão permanente, autônomo e não jurisdicional.
- D ( ) – Um órgão autônomo e jurisdicional.

**05. O Artigo 136 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, faz referência às atribuições do Conselho Tutelar. Dentre elas está:**

- A ( ) – Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos Artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no Artigo 101, I a VII.
- B ( ) – Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos Artigos 98 e 105.
- C ( ) – Atender as crianças e adolescentes aplicando as medidas previstas no Artigo 101, I a VII.
- D ( ) – Atender as crianças e adolescentes e não aplicando as medidas previstas no Artigo 101, I a VII.



**06. O Artigo 24 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente teve a expressão “Pátrio Poder” substituída pela Lei Nº 12.010 de 2009. A partir de então qual a expressão é utilizada?**

- A) Mátrio poder.
- B) Pátrio e mátrio poder.
- C) Poder parental.
- D) Poder familiar.

**07. Complete o Artigo 15 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente: “A *criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos* \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ *garantidos na Constituição e nas Leis*”.**

- A ( ) – Civis, políticos e humanos
- B ( ) – Civis, humanos e reais
- C ( ) – Civis, políticos e familiares
- D ( ) – Civis, humanos e sociais

**08. O Artigo 18 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que é necessário “*velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor*”. É dever de quem garantir o preconizado no Artigo 18?**

- A ( ) – É dever de todos.
- B ( ) – É dever dos pais, mães e responsáveis.
- C ( ) – É dever dos professores.
- D ( ) – É dever dos Prefeitos e Vereadores.



## **ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA**

---

**09. O Artigo 101 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que “Verificadas qualquer das hipóteses previstas no Artigo 98, a autoridade competente poderá determinar algumas medidas de proteção”. Qual a medida preconizada no Inciso I:**

- A ( ) – Encaminhamento aos pais ou responsável.
- B ( ) – Encaminhamento aos pais ou responsável sem termo de responsabilidade.
- C ( ) – Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.
- D ( ) – Encaminhamento aos pais ou responsável somente.

**10. O Artigo 53 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente faz referência ao direito à educação. O que diz o Parágrafo Único do referido Artigo?**

- A ( ) – É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico.
- B ( ) – É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- C ( ) – É direito dos pais ou responsáveis não ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.
- D ( ) – É direito participar da definição das propostas educacionais.

**11. O Artigo 112 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as medidas socioeducativas. A aplicação das referidas medidas socioeducativas é de competência do Conselho Tutelar?**

- A ( ) – Após estudo de caso, poderá ser.
- B ( ) – Sim.
- C ( ) – Depende do caso.
- D ( ) – Não.



**12. Para efeitos da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente considera-se criança?**

- A ( ) – A pessoa entre um ano até onze anos de idade.
- B ( ) – A pessoa entre um ano até doze anos de idade.
- C ( ) – A pessoa até doze anos de idade incompletos.
- D ( ) – A pessoa até onze anos de idade incompletos.

**13. Para efeitos da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente considera-se adolescente?**

- A ( ) – A pessoa entre de anos e dezessete anos de idade.
- B ( ) – A pessoa entre doze e dezoito anos de idade.
- C ( ) – A pessoa entre treze e dezenove anos de idade.
- D ( ) – A pessoa entre doze e vinte e um anos de idade.

**14. O Artigo 8º-A da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente institui uma Semana Nacional de Prevenção para adolescentes. De qual Semana se trata?**

- A ( ) – Semana Nacional da Gravidez na Adolescência.
- B ( ) – Semana Nacional do Aleitamento Materno.
- C ( ) – Semana Nacional das Brincadeiras.
- D ( ) – Semana Nacional contra Abuso e Exploração Sexual.

**15. Sobre o acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde de crianças e adolescentes preconizado no Artigo 11 da Lei Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente. É responsabilidade de qual Sistema assegurar este acesso?**

- A ( ) – Sistema de Justiça.
- B ( ) – Sistema Único de Assistência Social.
- C ( ) – Sistema Único de Saúde.
- D ( ) – Sistema Nacional Socioeducativo.



**16. O Artigo 19-A da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento será encaminhada para um órgão. Que órgão é esse?**

- A) Justiça da Infância e da Juventude.
- B) Defensoria Pública.
- C) Conselho Tutelar.
- D) Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**17. O Artigo 19-B da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente faz referência a um programa que crianças e adolescentes em acolhimento institucional ou familiar poderão participar. O referido artigo faz menção a qual programa?**

- A) Programa Família Acolhedora.
- B) Programa Família Extensa.
- C) Programa de Apadrinhamento.
- D) Programa de Amizade.

**18. Complete o Artigo 28 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente “A colocação em família substituta far-se-á mediante \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ ou \_\_\_\_\_, independente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da Lei”.**

- A) Guarda, acompanhamento e tutela.
- B) Guarda, tutela ou adoção.
- C) Tutela, curatela e guarda.
- D) Curatela, acompanhamento e guarda.



**19. Conforme o Parágrafo 1º do Artigo 39 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente a adoção é uma medida?**

- A) Excepcional e irrevogável.
- B) De cuidado com a criança.
- C) Socioeducativa.
- D) Criação de filhos.

**20. O Artigo 48 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente que o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes. Após completar quantos anos o adotado poderá fazer o que diz o referido Artigo?**

- A) Após completar 12 anos.
- B) Após completar 16 anos.
- C) Após completar 21 anos.
- D) Após completar 18 anos.

**21. O Artigo 86 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente faz referência a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, que far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais. Quais entes são responsáveis por essa articulação?**

- A) União, Estados e Municípios.
- B) União, Distrito Federal e Municípios.
- C) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D) Estados, Distrito Federal e Municípios.



## **ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA**

**22. O Inciso V do Artigo 53 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente preconizava “Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência”. O referido teve sua redação alterada pela Lei Nº 13.845 de 2019. Qual redação começou a vigorar após a alteração?**

- A) Acesso à escola pública ou particular, distante de sua residência, garantindo-se vagas a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.**
- B) Acesso à escola particular, longe de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a primos que frequentem a mesma etapa ou ciclo.**
- C) Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.**
- D) Acesso à escola pública e gratuita, não sendo necessário garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.**

**23. O Inciso IV do Artigo 54 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente faz referência ao atendimento em creche e pré-escola às crianças. O Inciso citado faz menção a quais idades?**

- A) De zero a seis anos de idade.**
- B) De zero a quatro anos de idade.**
- C) De zero a cinco anos de idade.**
- D) De zero a sete anos de idade.**

**24. O Artigo 60 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que é proibido qualquer trabalho a menores de catorze anos de idade, salvo na condição de?**

- A) Estudante.**
- B) Aprendiz.**
- C) Trabalhador.**
- D) Observador.**





**25. O Parágrafo Único do Artigo 75 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente relata que as crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas de quem?**

- A) Dos pais ou responsáveis.
- B) Somente do pai e da mãe.
- C) Somente do pai.
- D) Somente da mãe.

**26. Dentre as proibições de venda à criança e ao adolescente preconizados no Artigo 81 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, está?**

- A) Venda de bebidas alcoólicas.
- B) Venda de roupas.
- C) Venda de material escolar.
- D) Venda de sucos e refrigerantes.

**27. O Artigo 98 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados”. De acordo com o referido Artigo quando as medidas serão aplicadas?**

- A) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; e, Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- B) Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; Em razão de sua conduta.
- C) Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e, Em razão de sua conduta.
- D) Por ação ou omissão dos pais; Por falta, omissão ou abuso da Escola; Em razão de sua má conduta.



**28. O Artigo 88 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza sobre a política de atendimento a crianças e adolescentes. Dentre as diretrizes está?**

- A) Desmobilização da opinião pública.
- B) Municipalização do atendimento.
- C) Proibição da criação de Conselhos Municipais.
- D) Proibição da criação dos Fundos Municipais.

**29. O Artigo 92 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente refere que “As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios”. Dentre esses princípios está?**

- A) Apenas a preservação dos vínculos familiares.
- B) Apenas a promoção da reintegração familiar.
- C) Preservação dos vínculos familiares e nunca a promoção da reintegração familiar.
- D) Preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar.

**30. No Artigo 95 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que as entidades governamentais e não governamentais referidas no Art. 90 serão fiscalizadas. Conforme o referido Artigo quais os órgãos que deverão fiscalizar?**

- A) Somente Judiciário e Ministério Público.
- B) Somente Ministério Público e Conselho Tutelar.
- C) Somente o Judiciário e Conselho Tutelar.
- D) Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar.



## **ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA**

**31. O Artigo 132 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente refere que em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos. Em 2019 através da Lei Nº 13.824 ocorreu uma alteração no Artigo, essa alteração é sobre a recondução dos/as Conselheiros/as por novos processos de escolha. A partir de então como ficou definido?**

- A) Permitida recondução por novos processos de escolha.**
- B) Permitida uma recondução por novos processos de escolha.**
- C) Permitida duas reconduções por novos processos de escolha.**
- D) Permitida três reconduções por novos processos de escolha.**

**32. O Parágrafo 1º do Artigo 139 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente faz menção ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, o mesmo ocorre em data unificada em todo território nacional. Qual a periodicidade deste processo?**

- A) A cada dois anos.**
- B) A cada três anos.**
- C) A cada quatro anos.**
- D) A cada cinco anos.**

**33. No Artigo 140 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente constam os impedimentos de servir no mesmo Conselho Tutelar. Esses impedimentos dizem respeito a quem?**

- A) Marido e mulher, sogro e genro ou nora, tio e sobrinho, padrado ou madrasta e enteado.**
- B) Sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrado ou madrasta e enteado.**
- C) Marido e mulher, ascendentes e descendentes, tio e sobrinho, conhecidos e vizinhos.**
- D) Marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrado ou madrasta e enteado.**



**34. O artigo 141 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente faz menção ao acesso à justiça às crianças e adolescentes, para tanto, é garantido o acesso de toda criança ou adolescente à?**

- A) Somente Defensoria e Ministério Público, por qualquer de seus órgãos.
- B) Somente Ministério Público e Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- C) Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- D) Conselho Tutelar, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Câmara de Vereadores.

**35. Conforme o Artigo 155 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente o procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por onde?**

- A) Exclusivamente pelo Ministério Público.
- B) Exclusivamente pelo Conselho Tutelar.
- C) Exclusivamente por quem tenha legítimo interesse.
- D) Por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse.

**36. No Artigo 163 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente fala sobre o prazo máximo para conclusão do procedimento de destituição do poder familiar. Este prazo é de quantos dias?**

- A) 120 (cento e vinte) dias.
- B) 110 (cento e dez) dias.
- C) 100 (cem) dias.
- D) 90 (noventa) dias.



## **ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA**

---

**37. Conforme o Artigo 172 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente o adolescente apreendido in flagrante de ato infracional, será encaminhado à autoridade. De qual autoridade se refere o Artigo?**

- A) Autoridade judiciária competente.**
- B) Autoridade comunitária competente.**
- C) Autoridade policial competente.**
- D) Autoridade social competente.**

**38. O Artigo 191 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que o procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante quais ações?**

- A) Portaria da autoridade judiciária e do Prefeito.**
- B) Portaria da autoridade judiciária, do Prefeito e Vereadores.**
- C) Portaria da autoridade judiciária e do Governo Estadual.**
- D) Portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou Conselho Tutelar.**

**39. De acordo com o Artigo 201 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente compete ao Ministério Público?**

- A) Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, mas não deve promover as medidas judiciais cabíveis e extrajudiciais cabíveis.**
- B) Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo somente a pedido do Conselho Tutelar as medidas judiciais cabíveis e extrajudiciais cabíveis.**
- C) Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais cabíveis e extrajudiciais cabíveis.**
- D) Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais somente se o Poder Judiciário determinar.**



## **ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA**

**40. O Artigo 197-A da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que os postulantes à adoção, domiciliados no Brasil, apresentarão petição inicial na qual constem alguns documentos. Quais são os documentos?**

**A)** Qualificação completa; Dados familiares; Cópias autenticadas de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; Cópias de cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; Comprovante de renda e domicílio; Atestados de sanidade física e mental; Certidão de antecedentes criminais; e, Certidão negativa de distribuição cível.

**B)** Qualificação incompleta; Cópias simples de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; Comprovante de renda e domicílio; Certidão de antecedentes criminais; e, Certidão negativa de distribuição cível.

**C)** Qualificação completa; Dados familiares; Cópias de cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; Atestados de sanidade física e mental; e, Certidão negativa de distribuição cível.

**D)** Qualificação incompleta; Dados familiares; Atestados de sanidade física e mental; Certidão de antecedentes criminais; e, Certidão negativa de distribuição cível.

**41. No Artigo 206 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz que a criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trará esta Lei, através de um profissional. Qual o profissional que o Artigo faz menção?**

**A)** Advogado.

**B)** Psicólogo.

**C)** Assistente Social.

**D)** Pedagogo.



**42. O Artigo 228 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente explicita que se deixar o encarregado de serviço ou o dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestante de manter registro das atividades desenvolvidas, na forma e prazo referidos no art. 10 desta Lei, bem como de fornecer à parturiente ou a seu responsável, por ocasião da alta médica, declaração de nascimento, onde constem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato, será lhe aplicado uma pena. Que pena se trata?**

- A) Detenção de seis meses a dois anos.
- B) Detenção de dez meses a três anos.
- C) Detenção de onze meses a quatro anos.
- D) Detenção de dois meses a cinco anos.

**43. No Artigo 241 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz sobre vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, será aplicado uma pena. Qual a pena?**

- A) Reclusão de dois a quatro anos.
- B) Reclusão de dois a seis anos, e multa.
- C) Reclusão de dois a dez anos.
- D) Reclusão de quatro a oito anos, e multa.

**44. O Artigo 110 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente que trata das garantias processuais diz que nenhum adolescente sera privado de sua liberdade sem o devido?**

- A) Processo ilegal.
- B) Processo legal.
- C) Processo social.
- D) Processo pedagógico.



**45. O Artigo 244 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida, sofrerão pena. Qual a pena estipulada pelo referido Artigo?**

- A) Detenção imediata a dois anos.**
- B) Detenção de seis meses a dois anos, e multa.**
- C) Detenção de um ano a seis anos.**
- D) Detenção de dez meses a três anos, e multa.**

**46. O Artigo 245 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente diz sera aplicado uma pena se deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente. Qual é a pena?**

- A) Multa de três salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.**
- B) Multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.**
- C) Multa de vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.**
- D) Multa de um salário de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.**





**47. O Artigo 260 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:**

**A) 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e, 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual.**

**B) 10 % (dez por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e, 20% (vinte por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual.**

**C) 15% (quinze por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e, 30% (trinta por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual.**

**D) 5% (cinco por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e, 10% (dez por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual.**

**48. Conforme o Artigo 74 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente a quem compete regular as diversões e espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada?**

**A) Entidades.**

**B) Empresas.**

**C) O poder privado.**

**D) O poder público.**



**49. Em que consiste o apadrinhamento preconizado no Parágrafo 1º do Artigo 19-B da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente?**

**A)** O apadrinhamento consiste em não estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária com o seu desenvolvimento nos aspectos social e moral.

**B)** O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária.

**C)** O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

**D)** O apadrinhamento consiste em não estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e nenhuma colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

**50. O Artigo 17 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente faz referência o direito ao respeito de crianças e adolescentes. Conforme o referido Artigo o direito ao respeito consiste em que:**

**A)** Consiste na violação da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, não abrangendo ideias e crenças, dos espaços e objetos.

**B)** Consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo somente crenças, dos espaços e objetos pessoais.

**C)** Consiste na violação da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, expondo a imagem, identidade, autonomia, negando valores, ideias e crenças.

**D)** Consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.



# ARAUJO ASSESSORIA, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS LTDA

**PROCESSO ELEITORAL UNIFICADO CONSELHO TUTELAR 2019**

**COLORADO - PARANÁ**

**PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Candidato/a:** \_\_\_\_\_ **– Número RG:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Data:** 14 de julho de 2019

**Assinale apenas uma alternativa por questão.**

GABARITO									
QUESTÃO	ALTERNATIVAS				QUESTÃO	ALTERNATIVAS			
01	A	B	C	D	26	A	B	C	D
02	A	B	C	D	27	A	B	C	D
03	A	B	C	D	28	A	B	C	D
04	A	B	C	D	29	A	B	C	D
05	A	B	C	D	30	A	B	C	D
06	A	B	C	D	31	A	B	C	D
07	A	B	C	D	32	A	B	C	D
08	A	B	C	D	33	A	B	C	D
09	A	B	C	D	34	A	B	C	D
10	A	B	C	D	35	A	B	C	D
11	A	B	C	D	36	A	B	C	D
12	A	B	C	D	37	A	B	C	D
13	A	B	C	D	38	A	B	C	D
14	A	B	C	D	39	A	B	C	D
15	A	B	C	D	40	A	B	C	D
16	A	B	C	D	41	A	B	C	D
17	A	B	C	D	42	A	B	C	D
18	A	B	C	D	43	A	B	C	D
19	A	B	C	D	44	A	B	C	D
20	A	B	C	D	45	A	B	C	D
21	A	B	C	D	46	A	B	C	D
22	A	B	C	D	47	A	B	C	D
23	A	B	C	D	48	A	B	C	D
24	A	B	C	D	49	A	B	C	D
25	A	B	C	D	50	A	B	C	D